

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Fernanda Bahia

E-mail: fcmbahia77@gmail.com

Instituição: Instituto Geremário Dantas, Brasil

Submetido: 03/05/2021

Aprovado: 24/05/2021

Publicado: 23/05/2022

 10.20396/rho.v22i00.8665538

e-Location: e022019

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

BAHIA, F. O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945).

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 22, p. 1-5, 2022.

DOI:

10.20396/rho.v22i00.8665538.

Disponível em:

<https://bityli.com/bKinsT>. Acesso em: 23 maio 2022.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

O HINO, O SERMÃO E A ORDEM DO DIA: REGIME AUTORITÁRIO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL (1930-1945)



Fernanda Bahia*

Instituto Geremário Dantas

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



O presente livro apresenta parte da tese de doutorado do autor, com riqueza de fontes e profundidade de análises que contempla uma contextualização histórica do Brasil, sua inserção no mundo, suas questões políticas e ideológicas. José Silvério costura os interesses e projetos de militares, intelectuais, políticos, educadores, religiosos... e seus discursos e registros sobre defesa nacional, segurança nacional, formação da juventude e o papel da educação. Todos esses atores, temas e suas ações convergem a uma única direção: a concretização de um projeto de educação e escolarização do povo brasileiro. Através dos documentos apresentados, o autor revela detalhes e impasses para as várias tentativas de implementação de um projeto com esse fim.

Nas 304 páginas do livro, o autor se dispõe a denunciar propósitos da massificação de uma educação que deveria coibir infrações, ordenar a sociedade e desenvolver o patriotismo.

No primeiro capítulo, Os militares e a educação, o autor se dedica a revelar as intenções de educar os homens em sua passagem pelo quartel. Assim, durante o serviço militar obrigatório, ao Exército caberia uma missão civilizadora e moralizadora que incluiria instituir o ensino da ordem, da disciplina, da higiene e a preparação intelectual, moral e física, para o aperfeiçoamento da raça. Era uma política de preparação dos homens para a guerra em tempos de paz. Dessa forma, em nome da defesa nacional, o Estado teria a prerrogativa de intervir na economia, na educação e na imprensa: juntas forneceriam, segundo Horta, “[...] a mentalidade que irá disciplinar as gerações futuras.” (HORTA, 2012, p. 25-26). Propostas progressivas e inovadoras de alguns educadores, como Anísio Teixeira, que receberam o rótulo de socialistas, provocaram o posicionamento também de membros da Igreja Católica, como o Pe. Helder Câmara, que esperavam que a educação pudesse contemplar valores cristãos. A VIII Conferência Mundial de Educação, que deveria acontecer no Rio de Janeiro em 1940 e não se realizou, foi um exemplo de como os profissionais de educação estavam sendo cerceados em nome da segurança nacional.

Em A Igreja e a educação, assunto e título do segundo capítulo, o autor resgata o enfraquecimento da Igreja Católica no Brasil a partir da Proclamação da República, quando o Estado se torna leigo. A Igreja começou, então, a pleitear um lugar na educação também. Contudo, sofre grande resistência pois a sociedade precisava de uma educação moral, mas não de uma educação religiosa. Nas reformas educacionais de 1936/1937, o ensino religioso é introduzido como uma recuperação de “valores perdidos” ligados à religião, à pátria e à família. Essa questão vai ao cerne do sentido e dos valores dessa educação. Dessa forma, a Igreja se torna uma ferramenta política nas mãos do Governo de Vargas. Nesse mesmo período, a Igreja se engaja a favor do voto feminino, pois as mulheres são aliadas preciosas quanto às reivindicações com relação à família e à escola: alianças e interesses se fundem nas relações entre Estado, Igreja e sociedade. Assim também acontece com a repressão do comunismo (ateu) pelo Estado que conta com o apoio dos católicos, que naturalmente apoiarão os que defendem seus princípios, através da censura e da intervenção na educação.

O terceiro capítulo trata da Educação moral e cívica: a educação a serviço do Estado. Nele, o autor se ocupa de traçar uma linha do tempo e fica muito claro a que interesses cada período serve. Em 1925 a educação moral e cívica foi introduzida no currículo do curso primário e do curso secundário, pois era preciso compensar a ausência de uma educação religiosa: ela traria instrumentos para formar o senso de responsabilidade para o cumprimento das leis. Esse ensino teria como uma das propostas elitizar a população que frequentou a escola por mais tempo, sendo a formação primária destinada às massas de trabalhadores braçais e a formação secundária seria destinada à classe superior que iria coordenar o trabalho das massas. Em 1931, com a reforma do ensino secundário, a educação moral e cívica não aparece como disciplina do currículo, cedendo espaço ao Exército para este trabalho, como discorrido no primeiro capítulo. Um projeto de Plano Nacional de Educação começa a ser construído e a educação moral e cívica consegue um espaço de cinco artigos. Esse projeto será esquecido com o fechamento do congresso em 1937.

A juventude brasileira: da mobilização ao civismo, é o quarto capítulo do livro, no qual o autor apresenta as possibilidades de mobilização da juventude previstas na Constituição de 1937, sua concretização e repercussões. A ONJ – Organização Nacional da Juventude, projeto que se organizaria em dois grupos, aspirantes (8 a 13 anos) e pioneiros (13 a 18 anos), teria a inscrição voluntária e os responsáveis legais assinavam uma declaração autorizando o tutelado a passar por todos os trâmites, incluindo as normas educativas e medidas disciplinares. A ONJ estaria sob o olhar direto do Presidente da República e a educação moral e religiosa dos jovens competiria a padres católicos designados pelas autoridades eclesiásticas. Também esta organização se configuraria como instrumento de propaganda do Estado Novo. Duras críticas foram direcionadas à ONJ por ter sido inspirada em modelos da Alemanha, da Itália e de Portugal. Havia muitas diferenças entre a nossa realidade e a deles, como a “[...] homogeneidade da população, proporcionalidade de dimensões e nível de instrução.” (HORTA, 2012, p. 191). A ONJ cedeu espaço à proposta da Juventude Brasileira, e a responsabilidade passou das mãos dos militares, que começaram a investir no escotismo, às mãos do Ministério da Educação, e, por isso, ficou muito mais ligada à escola e ao sistema de ensino. As modificações realizadas foram de forma e não de conteúdo, continua a proposta da formação cívica, moral e cívica. Esse projeto entra em vigor em 1940 e amplia seu público-alvo: 7 a 11 anos e 11 a 18 anos. A forma como foi implantado não agradou nem a educadores nem a militares. A Juventude Brasileira foi extinta em 1945.

Ao concluir esta produção, Horta, que analisou as relações entre educação e ordem pública autoritária de 1930 a 1945, identifica três visões de educação que se sucederam: 1. “[...] educar para a nação; 2. formar o cidadão do Estado Novo; e 3. educar para a pátria e para formar o cidadão consciente.” (HORTA, 2012, p. 257). Em cada um desses diferentes momentos, há uma constante: a escola brasileira havia se tornado uma ferramenta ideológica do Estado. Não uma escola fascista, como muitos a consideravam, porque o Estado não era fascista. Mas uma escola não democrática com certeza, porque o Estado assim o era.

Contudo, como muitas propostas oficiais de projeto de educação não se concretizaram, o autor quando compara a escola brasileira com a escola italiana fascista, reconhece nela uma certa autonomia. E sinaliza ainda outros atores -professores, pais e alunos, que certamente resistiram, mas que isso é difícil de identificar e mensurar.

Essa leitura permite uma reflexão sobre o papel da educação e sobre o sistema de valores ao qual ela deve servir em cada momento histórico vivenciado. O que não há como negar, independente do contexto político-ideológico que se está vivendo é que “[...] é justamente na combustão de ideias que nascem em qualquer sala de aula que se forja um país. Igualmente, é aí que se forma uma geração nova e cheia de ideias e ideais de mudança.” (RONCA; GONÇALVES, 1998, p. 26). Por isso, é exatamente neste lugar (como conceito sociológico, como espaço identitário), na sala de aula, que se configuram a passividade ou a impetuosidade da mudança; lugar de movimento e disputa ideológica, sem dúvida, utilizado também de 1930 a 1945, mas pela história que antecedeu esse período e pela história seguinte desse período da educação brasileira até hoje se percebem as amarras da política vigente, por isso

[...] é necessário que o estudo das políticas educacionais considere o papel da ideologia, entendida... como forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada, pois as políticas educativas expressam as ideologias que se configura a partir da materialidade social ... para a reprodução de tal sistema. (FERRETTI, 2018, p. 39-40).

Embora pedagógica, a discussão de métodos de ensino que validem que “[...] estudar... demanda do estudioso, aluno ou professor, que assuma o papel crítico de quem indaga e busca e não o de quem recebe passivamente a transferência de ‘pacotes’ a ser mecanicamente memorizados [...]” (FREIRE, 1996 *apud* RONCA, 1996, p. 13) colocam em xeque as verdades e valores absolutos, quer como conteúdo, quer como competência e/ou habilidade. E é aqui que o profissional da educação é decisivo enquanto indivíduo e enquanto grupo, pois aqueles que de fato se comprometem, e não são poucos, tendem a lutar por uma educação humanizada, para a liberdade e para a oportunidade, e assim assumem que “[...] comprometer-se com a desumanização é assumi-la e, inexoravelmente, desumanizar-se também.” (FREIRE, 1979, p. 19). Então, qualquer que seja o plano para a Educação, precisa passar pelo “chão da escola”. Nas palavras de Corti (2019, p. 7)

De maneira geral, as Reformas Nacionais de Educação, enfrentam diversos obstáculos para serem implementadas e para alterar, efetivamente, as práticas escolares, dependendo, para isso, da adesão, da apropriação e da tradução feita pelos agentes que estão na base do sistema de ensino.

Este texto destina-se aos desejosos de conhecimento e reflexão sobre parte da história da educação brasileira e como se dá a configuração e a distribuição do poder político, e a disputa pelo domínio da educação como meio de domínio social. Vale a leitura.

José Silvério Baia Horta, autor do livro resenhado, é titulado mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1975) e doutor em Educação -

Doctorat d'État - pela *Université Paris-Descartes* (1985) e tem experiência na área de História da Educação, nos temas: política educacional, legislação educacional, história da educação e educação indígena.

REFERÊNCIAS

CORTI, A. P. Política e significantes vazios: uma análise da reforma do ensino médio de 2017. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, p. e201060, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/MEpkd>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FERRETTI, C. J. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/ykGyQ>. Acesso em 15 jul. 2020.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945). 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

RONCA, P. A. C. **Estudar – verbo intransitivo?** São Paulo: Editora do Instituto Esplan, 1996.

RONCA, P. A. C.; GONÇALVES, C. L. **A clara e a gema**: o viver na escola e a formação de valores. São Paulo: Edesplan, 1998.

AUTORIA:

* Graduação em Geografia pelas Faculdades Integradas Simonsen. Professora de Geografia, Sociologia e Filosofia do Ensino Médio, do Instituto Geremário Dantas. Contato: fcmbahia77@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

BAHIA, F. O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-5, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8665538. Disponível em: <https://bityli.com/bKinsT>. Acesso em: 23 maio 2022.